

Cidadãos à margem: a população de rua aos olhos do estado e do indivíduo

(DESCONSIDERAR A LINHA ACIMA)

No livro “Quincas Borba”, o personagem homônimo apresenta comportamentos de indiferença perante um morador de rua, tratando-o como um ser descartável. Analogamente, fora da fronteira literária, percebe-se que um sem-número de indivíduos, na sociedade brasileira moderna, também se encontram nesse estado de marginalidade. Assim, urge perscrutar as principais causas dessa problemática: a ineficiência do Estado e o abandono familiar.

Diante dessa problemática, identifica-se um nexos causal entre a falha no poder estatal e a população de rua. Convém dizer que, segundo a filosofia contratualista, a governança tem o dever de garantir o bem-estar social, como ao conceder o acesso da população à residência. Em paralelo, sabe-se que os moradores de rua não gozam de tal benefício legal, o que provoca o seu estabelecimento em vias públicas - como praças e viadutos. Logo, fica evidente que o descumprimento das obrigações por parte do Estado prejudica fortemente a integridade dos sem-teto.

Ademais, o isolamento das vítimas pela família é um impulsionador para o problema em pauta. A respeito disso, entende-se que, segundo a Medicina Familiar, os indivíduos consanguíneos devem partilhar mutuamente apoio socioemocional e suporte financeiro, visando a atingir o equilíbrio da dinâmica do núcleo de convívio. Entretanto, vê-se que a maior parte da população de rua não tem contato com as pessoas de seu local de origem, o que a impede de desfrutar de tais benefícios. Como consequência, o ser humano desabrigado busca refúgio em meios alternativos, como em comunidades - tais quais a Cracolândia, em São Paulo - compostas por pessoas na mesma situação. Assim sendo, à medida que esse abandono parental aumenta, o número da população de rua tende a seguir o mesmo movimento.

Em suma, é mister agir de modo a contornar essa situação consternante. Dessa maneira, o Estado deve, por meio da regulamentação política, fortificar os dispositivos legais de habitação pública já existentes, garantindo o acesso integral à moradia por essas pessoas. Por outro lado, a sociedade - corpo responsável pela mudança do mundo - precisa se engajar, através de movimentos que estimulem a reação governamental, na luta a favor desses indivíduos desfavorecidos, com o intuito de diminuir a persistência desse dilema. Contudo, personagens injustiçados como o do romance machadiano permanecerão tão somente nas páginas livrescas.